



AVALIAÇÃO UNIFICADA

CADERNO DE QUESTÕES

INSTRUÇÕES

- Você está recebendo o CADERNO DE QUESTÕES e a FOLHA DE RESPOSTA.
- Para cada questão há somente uma alternativa correta. Assinale na folha de respostas a alternativa que julgar correta.
- Não é permitido nenhum tipo de consulta, incluindo Calculadoras e Códigos Jurídicos.
- O cartão de resposta não será substituído em hipótese alguma.
- Término da prova: **21h30min**
- Tempo mínimo para entrega da prova: 1 hora

CURSO/PERÍODO

DIREITO - 5º PERÍODO - DATA: 18/04/2022

GABARITO RASCUNHO

01	A	B	C	D
02	A	B	C	D
03	A	B	C	D
04	A	B	C	D
05	A	B	C	D
06	A	B	C	D
07	A	B	C	D
08	A	B	C	D
09	A	B	C	D
10	A	B	C	D
11	A	B	C	D
12	A	B	C	D
13	A	B	C	D
14	A	B	C	D
15	A	B	C	D
16	A	B	C	D
17	A	B	C	D
18	A	B	C	D
19	A	B	C	D
20	A	B	C	D
21	A	B	C	D
22	A	B	C	D
23	A	B	C	D
24	A	B	C	D
25	A	B	C	D
26	A	B	C	D
27	A	B	C	D
28	A	B	C	D
29	A	B	C	D
30	A	B	C	D



Disciplina: Direito Processual Civil I
Professor: André de Paula Viana

Questão 01

“O Direito Processual Civil é o ramo do direito que contém as regras e os princípios que tratam da jurisdição civil, isto é, da aplicação da lei aos casos concretos, para a solução dos conflitos de interesses pelo Estado-juiz.”

Ante a acertiva posta, assinale a alternativa correspondente ao conceito de Jurisdição Civil:

A – é a que está relacionada a pretensões de cunho privado (relativas a direito civil ou comercial) ou público (referentes a direito constitucional, administrativo, tributário).

B – é aquela em que a pretensão é de aplicação da pena, em decorrência de crimes ou contravenções penais.

C – é aquela em que a pretensão é de aplicação da multa, em decorrência de desacordos comerciais e quebra de contratos.

D – é a que está relacionada a pretensões de cunho exclusivamente privado (relativas a direito civil ou comercial).

Questão 02

No tocante ao Direito Processual; assinale a questão correspondente a este:

A – Contêm a indicação daqueles que o integrante da comunidade possui. Mas nem sempre esses direitos são respeitados pelos demais membros do grupo. São comuns as violações e o desrespeito ao direito alheio.

B – Tratam do processo, que não é um fim em si mesmo, mas apenas um instrumento para tornar efetivo o direito material.

C – Aquele que ingressa em juízo não busca o direito material como um objetivo, mas como meio de obter a efetividade do direito substancial.

D – Tratam do processo, como um fim em si mesmo, um instrumento para tornar efetivo o direito processual.

Questão 03

São várias as classificações das normas jurídicas. Uma das mais importantes é a que leva em consideração a sua imperatividade e as distingue em cogentes e não cogentes.

Assinale a alternativa correspondente ao conceito de normas cogentes.

A – são as de ordem pública, que se impõem de modo absoluto, e que não podem ser derogadas pela vontade do particular.

B - também chamadas dispositivas, são aquelas que não contêm um comando absoluto, sendo dotadas de imperatividade relativa. Dividem-se em permissivas, quando autorizam o interessado a derogá-las, dispondo da matéria da forma como lhe convier, e supletivas, quando aplicáveis na falta de disposição em contrário das partes.

C - são as de ordem privada, que se impõem de modo absoluto, e que não podem ser derogadas pela vontade do particular.

D - são as de ordem pública, que se impõem de modo absoluto, e que podem ser derogadas pela vontade do particular.

Questão 04

Quanto a lei processual civil no espaço assinale a alternativa correta:

A – O CPC, em seu art. 16, não deixa dúvida quanto à extensão territorial da aplicação das normas processuais. As normas de processo civil têm validade e eficácia, em caráter exclusivo, sobre todo o território nacional.

B – O CPC, em seu art. 13, deixa dúvida quanto à extensão territorial da aplicação das normas processuais. As normas de processo civil têm validade e eficácia, em caráter exclusivo, relativamente sobre todo o território nacional.

C - O CPC, em seu art. 16, deixa dúvida quanto à extensão territorial da aplicação das normas processuais. As normas de processo civil têm validade e eficácia, em caráter relativo, sobre todo o território nacional.

D - O art. 16 da LINDB, deixa dúvida quanto à extensão territorial da aplicação das normas processuais. As normas de processo civil têm validade e eficácia, em caráter relativo, sobre todo o território nacional.

Disciplina: Direito Civil – Dos Contratos I Professor: João Diamantino Neto
--

Questão 05

1. Segundo a classificação dos contratos, o contrato de compra e venda é:

- a) bilateral, oneroso e real.
- b) unilateral, oneroso e consensual.
- c) bilateral, gratuito e real.
- d) bilateral, oneroso e consensual,

Questão 06

O princípio da autonomia privada pode ser definido como:

- a) princípio que confere às partes liberdade de autorregulamentação.
- b) princípio que faz com que o contrato seja interpretado conforme a vontade das partes.
- c) princípio que determina que o Estado deve intervir o mínimo possível nas relações entre particulares.
- d) princípio que determina que as cláusulas contratuais devam ser cumpridas nos exatos termos que foram pactuadas.

Questão 07

A evicção pode ser definida como:

- a) a perda da coisa por força de decisão judicial adquirida em contrato gratuito, mesmo que em hasta pública.
- b) a perda da coisa por força de decisão judicial adquirida em contrato oneroso, mesmo que em hasta pública.
- c) a perda da coisa por força de decisão judicial adquirida em contrato oneroso, apenas em hasta pública.
- d) a perda da coisa por força de decisão judicial adquirida em contrato gratuito, apenas em hasta pública.

Questão 08

Não ocorre a extinção do contrato:

- a) pela morte se a obrigação é de natureza infungível.
- b) pela morte se a obrigação é personalíssima.
- c) pelo adimplemento.
- d) pela morte se a obrigação é fungível.

Disciplina: Direito Empresarial II
Professor: João Diamantino Neto

Questão 09

A Lei de Propriedade Industrial determina o que é ou não patenteável. Consoante essa norma, os itens passíveis de patenteamento incluem:

- uma nova teoria científica capaz de demonstrar as razões da falta de eficiência energética de determinados geradores.
- um esquema de novo método publicitário.
- novos métodos cirúrgicos para aplicação ao corpo humano.
- um objeto de uso prático suscetível de aplicação industrial, que apresente nova forma, envolvendo ato inventivo que resulte em melhoria funcional em sua fabricação.

Questão 10

Em caso de invenção de um produto, a legitimidade para requerer a patente caberá, entre outros,

- à União.
- à empresa que o inventor trabalhe, independentemente de previsão contratual.
- aos empregados do inventor que colaborarem na invenção.
- aos cessionários dos direitos de patente, quando cedidos.

Questão 11

Assegura-se ao autor o direito de obter a patente, que lhe garante a propriedade,

- somente de invenção que atenda aos requisitos de novidade e atividade inventiva, ainda que não tenha aplicação industrial.
- como modelo de utilidade, de objeto de uso prático, ou parte deste, suscetível de aplicação industrial, que apresente nova forma ou disposição, envolvendo ato inventivo, que resulte em melhoria funcional no seu uso ou em sua fabricação.
- como descoberta, de teorias científicas e de métodos matemáticos.
- como invenção, de técnicas e métodos operatórios cirúrgicos, bem como métodos terapêuticos ou de diagnóstico, para aplicação no corpo humano ou animal.

Disciplina: Direito Constitucional II
Professor: Mário César Martins de Miranda

Questão 12

João, oficial de justiça, recebeu determinação judicial para que procedesse à busca e apreensão de determinado objeto que estava no interior da residência de Antônio.

À luz dos balizamentos estabelecidos exclusivamente na sistemática constitucional e partindo-se da premissa de que foram cumpridas as exigências da lei processual, João:

- pode cumprir o mandado em qualquer horário do dia ou da noite, independentemente do dia da semana;
- precisa cumprir o mandado durante o dia, independentemente do dia da semana;
- pode cumprir o mandado em qualquer horário do dia ou da noite, mas apenas em dias úteis;
- precisa ingressar na residência de Antônio com o consentimento deste último;

Questão 13

A liberdade de reunião é um direito constitucional que não se mostra absoluto, havendo uma série de condições para que possa ser exercido.

Sobre o tema, assinale a afirmativa correta.

- Não se pode exigir que o tempo de reunião seja limitado, uma vez que a associação pode ser formada por prazo indeterminado.

- b) Caso haja outra reunião anteriormente marcada para a mesma data e local, a reunião comunicada posteriormente não poderá frustrar a realização da primeira, ainda que seja organizada por grupo bem menor de pessoas.
- c) A Constituição permite que as autoridades públicas, pautadas no princípio da razoabilidade, decidam sobre a realização ou não da reunião.
- d) O direito de reunião não pode ser exercido nos locais públicos de grande circulação de pessoas ou veículos, sob pena de se violar a liberdade de locomoção.

Questão 14

Um grupo autodenominado “Sangue Puro” passou a se organizar sob a forma de associação. No seu estatuto, é possível identificar claros propósitos de incitação à violência contra indivíduos pertencentes a determinadas minorias sociais. Diversas organizações não governamentais voltadas à defesa dos direitos humanos, bem como o Ministério Público, ajuizaram medidas judiciais solicitando a sua imediata dissolução.

Segundo a Constituição Federal, a respeito da hipótese formulada, assinale a afirmativa correta.

- a) A associação não poderá sofrer qualquer intervenção do Poder Judiciário, pois é vedada a interferência estatal no funcionamento das associações.
- b) Caso o pedido de dissolução seja acolhido, a associação poderá ser compulsoriamente dissolvida, independentemente do trânsito em julgado da sentença judicial.
- c) A associação poderá ter suas atividades imediatamente suspensas por decisão judicial, independentemente do seu trânsito em julgado.
- d) Apenas se justificaria a intervenção estatal se caracterizada a natureza paramilitar da associação em comento.

Questão 15

Assinale a opção correta com relação ao sigilo bancário.

- a) A quebra do sigilo bancário pode ser determinada diretamente pelo Tribunal de Contas da União.
- b) A quebra do sigilo bancário está submetida à chamada reserva de jurisdição, podendo somente os juízes determiná-la e, ainda assim, de forma fundamentada.
- c) Conforme a lei complementar que rege a matéria, constitui quebra ilegal de sigilo bancário a comunicação, às autoridades competentes, da prática de ilícitos administrativos, mesmo quando do fornecimento de informações sobre operações que envolvam recursos provenientes de qualquer prática criminosa.
- d) As comissões parlamentares de inquérito poderão determinar a quebra de sigilo bancário sem a interferência do Poder Judiciário, desde que o façam de forma fundamentada.

Disciplina: Direito Tributário Professora: Leilane Paula Camargos
--

Questão 16

O Estado de Minas Gerais, em janeiro de 2020, tinha a alíquota de ICMS a 18%. A multa pelo não pagamento do Imposto era de 40%. Em 2022, foi feita uma alteração na lei diminuindo as alíquotas de ICMS para 17% e da multa pelo não pagamento para 20%. A empresa MARIA JOAQUINA LTDA efetuou uma venda em 2020 e não pagou o tributo. Em 2022 depois da alteração legislativa ela deverá pagar:

- a) 18% de ICMS e 40% de multa
- b) 18% de ICMS e 20% de multa

- c) 17% de ICMS e 40% de multa
- d) 17% de ICMS e 20% de multa

Questão 17

O Brasil entra em Guerra contra a Rússia. A União através de Medida Provisória cria o Imposto Extraordinário de Guerra. Sobre a criação desse imposto:

- a) Não pode ser criado por Medida Provisória
- b) Pode ser criado por Medida Provisória, mas deverá esperar o exercício financeiro seguinte ao que foi transformado em lei para ser cobrado.
- c) Somente pode ser criado por Lei Complementar
- d) Pode ser criado por Medida Provisória e pode ser cobrado imediatamente.

Questão 18

Tendo em vista Pandemia do Covid-19, a União resolveu zerar o IPI (IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS) de produtos hospitalares. Tal medida:

- a) Entra em vigor imediatamente
- b) Deve esperar 90 dias, pois o IPI sempre espera 90 dias
- c) Deve esperar o exercício financeiro seguinte
- d) O IPI segue as duas anterioridades. Deve esperar o exercício financeiro seguinte e a noventa.

Disciplina: Direito Penal – Parte Especial III

Professora: Juliana Murcia Soler

Questão 19

A respeito de crimes contra a dignidade sexual, assinale a opção correta.

- a) Em regra, o crime de importunação sexual pode ter como agente passivo pessoa vulnerável, dados a especificidade da conduta e seu caráter de crime não subsidiário.
- b) Para a configuração do crime de estupro de vulnerável, é relevante, na avaliação da atipicidade da conduta, averiguar a existência de relacionamento amoroso entre a vítima e o agente.
- c) Caracteriza o crime de assédio sexual a conduta de médico ginecologista que, durante atendimento, pratica ato libidinoso contra paciente, aproveitando-se do consentimento dado por ela para a realização de exame ginecológico.
- d) Em se tratando de crime de estupro em que a vítima seja maior de dezoito anos de idade e plenamente capaz, a ação penal é pública incondicionada.

Questão 20

Julgue os itens a seguir, relativos a delitos de natureza sexual.

- I. Praticar conjunção carnal com o parceiro na presença de menor de catorze anos de idade, a fim de satisfazer a própria lascívia, configura, a princípio, o tipo penal específico denominado satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente.
- II. Praticar ato obsceno em praça pública, ainda que sem a intenção de ultrajar alguém específico, configura crime de importunação sexual, que, por equiparação, é considerado hediondo.

III. Divulgar na Internet fotografias de conteúdo pornográfico envolvendo adolescente, como meio de vingança pelo término de relacionamento, configura crime específico previsto no ECA, o que afasta a incidência do novo tipo penal previsto no art. 218-C do Código Penal.

Estão certos apenas os itens:

- A) I e II;
- B) II e III;
- C) II;
- D) I e III.

Questão 21

Assinale a alternativa incorreta:

- a) a questão do *stealthing* (dissimulação), conduta que corresponde à retirada do preservativo durante o ato sexual, sem o consentimento do parceiro, que assentira com a prática condicionada ao uso da proteção. Para que haja a criminalização da conduta passa pela análise das peculiaridades do caso concreto. Caso o indivíduo retire a proteção e encontre resistência do parceiro na continuidade do ato sexual, valendo-se então do emprego de violência ou grave ameaça, estará caracterizado o estupro. Todavia, se a retirada é sorrateira e o parceiro ou parceira não percebe, poderá se configurar o tipo do art. 215 do CP, o estelionato sexual.
- b) O estupro é crime hediondo em todas as formas, simples ou qualificado, tentado ou consumado. É, assim, insuscetível de graça, anistia, indulto e fiança.
- c) A doutrina entende ser possível a prostituta (o) ser vítima da violação sexual mediante fraude. Se o cliente, após combinar o programa e uma vez realizado o ato, foge sem pagar a quantia previamente acertada, a prostituta foi vítima do crime, vez que a falsa promessa de pagamento caracterizou-se em fraude para a prática sexual.
- d) O estupro de vulnerável não é hediondo em todas as suas formas, seja o crime tentado ou consumado. Se exige a violência ou grave ameaça como meio de execução. A vulnerabilidade não afasta a capacidade de consentimento.

~~~~~

Barreiras e obstáculos existem para serem superados, e assim, aumentar nosso conhecimento e experiência para conquistarmos nossos sonhos.